

ANEXO 7

Quadro Lógico Completo

PROJETO DE GESTÃO DE TERRAS NO PLANALTO CENTRAL DE ANGOLA

Logica da intervenção	Indicadores	Metas quantificadas	Fontes e meios de verificação	Riscos e assunções
Objetivo Geral: Assegurar a posse da terras, florestas, recursos pesqueiros e outros recursos naturais para pequenos produtores, indivíduos e comunidades vulneráveis, para alcançar a segurança alimentaria e a erradicação da pobreza em Angola	IOG1. Número de processos de formalização de Domínio Util Consuetudinario em fase avançada, famílias beneficiadas e área total envolvida.	150 processos de reconhecimento de Domínio Util Consuetudinario em entre tantas comunidades se encontram em fase avançada de formalização, garantando segurança sobre a terra à 27.184 famílias, e cubriendo 97.492 ha.	Sistemas de informação sobre terras instalados nas Provincias e Municipios alvo. Sistema de monitoria e avaliação do projecto	A situação politica, económica e social no país permanece estável Políticas nacionais em favor dos pobres são aprovadas e/o implementadas A pressão sobre terras de parte de actores externos ao projecto não incrementa de forma substancial Existe uma solida colaboração entre Governo Nacional (a nível central, provincial e municipal) e projecto Existe uma vontade politica para a emissão de titulos de parte dos Governos provinciais
	IOG2. Número de processos de formalização de Titulos de Propriedade em fase avançada de formalização, e área total envolvida (dados desagregados por genero).	6.000 processos de reconhecimento de Titulo de Propriedade de entre tantas famílias se encontram em fase avançada de formalização, cubriendo 1.830.000 m2.	Sistemas de informação sobre terras instalados nas Provincias e Municipios alvo. Sistema de monitoria e avaliação do projecto	
	IOG3. Percentagem de famílias envolvidas em conflitos de terra (dados desagregados por tipo de conflicto e por genero).	Disminuição no percentagem de conflitos de terras.	Estudio de linha de base e avaliação ao final do projecto	
	IOG4. Número de crianças beneficiadas pelos processos de formalização em fase avançada.	94.217 crianças no meio rural e 21.000 crianças no meio urbano e peri-urbano, beneficiadas pelos processos de formalização em fase avançada.	Estudio de linha de base e avaliação ao final do projecto	
Objetivo Especifico: Empoderar os governos aos níveis nacional, provincial e municipal, ANE locais e comunidades, para facilitar o reconhecimento dos direitos de posse	IOE1. Número de provincias e municipios com um sistema de informação de terra / sistema de mapeamento / sistema de registro de direitos de posse, guias de planeamento e monitoramento da posse da terra em funcionamento	2 Provincias e 10 Municipios	Sistemas de informação sobre terras instalados nas Provincias e Municipios alvo	Existe um compromisso de parte do Governo Nacional (a nível central, provincial e municipal) para o melhoramento do sistema de gestão de terras Não existem conflictos de interesse que prevenham os Governos de melhorar os sistemas de gestão de terras As comunidades mostram interesse em questões fundiarias
	IOE2. Percentagem de pessoas (nos diferentes níveis) que tem conhecimento da Lei de Terras	Incremento no percentagem de pessoas que tem conhecimento da Lei de Terras nas comunidades rurais, urbanas e peri-urbanas 100% dos funcionarios públicos das áreas técnicas relevantes	Estudio de linha de base e avaliação ao final do projecto	
(R1) Capacidade técnica fortalecida dos governos municipais e provinciais em áreas de mapeamento participativo, gestão de cadastros, uso de sistemas de informação geográfica, em linha com as VGGT, F&G e o SDTM	IR1.1. Número de municipios com uma unidade funcional de mapeamento e de cadastro	10 Municipios	Sistemas de informação sobre terras instalados nas Provincias e Municipios alvo	O Governo Nacional, a nível provincial e municipal, têm interesse em melhorar a gestão de terras
	IR1.2. Número de funcionarios públicos capacitados no uso de GPS e GIS	Almenos 30 técnicos	Relatorios de formações e relatorios periodicos do projecto	
A1.1. Capacitar técnicos de campo na metodologia de Delimitação Rural Participativa	IA1.1. Número de técnicos das administrações municipais e provinciais capacitados	30 técnicos	Relatorios de formações e relatorios periodicos do projecto	Os técnicos provinciais e municipais têm interesse e tempo em aprender as metodologias e ferramentas propostas Os equipamentos informaticos a disposição dos técnicos provinciais e municipais permitem aproveitar as formações recobidas
A1.2. Capacitar funcionarios de áreas técnicas em Planeamento Urbano	IA1.2. Número de técnicos das administrações municipais e provinciais capacitados	30 técnicos	Relatorios de formações e relatorios periodicos do projecto	
A1.3. Desenvolver Sistemas de Informação Geografica (SIG) para um melhor planeamento e gestão de recursos naturais	IA1.3. Sistema de Informação Geografica open source baseado no Social Domain of Tenure	1 sistema desenvolvido	Relatorios periodicos do projecto e documento descritivo do sistema	
A1.4. Criar cadastros utilizando tecnologias GPS e software SIG	IA1.4. Cadastros a nível Municipal	10 cadastros municipais	Relatorios periodicos do projecto	
A1.5. Capacitar funcionarios de áreas técnicas para implementar cadastro	IA1.5. Número de técnicos das administrações municipais e provinciais capacitados	30 técnicos	Relatorios periodicos do projecto	
A1.6. Elaboração de Perfis Municipais simples, utilizando as ferramentas SIG	IA1.6. Número de perfis municipais	2 Perfis Municipais realizados	Documentos realizados	
(R2) NSAs (Peri-Urban and Rural Communities, Local Traditional Authorities) and Local Government have a better understanding of land governance mechanisms, and are able to better advocate their rights.	IR2.1. Número de municipios que adotam um processo uniformizado e em linha com os principios das VGGT e F&G para o reconhecimento e registro de direitos sobre a terra	10 municipios	Estudio de linha de base e avaliação ao final do projecto	O Governo Nacional, a nível central, provincial e municipal, têm interesse em adoptar os principios das VGGT/AF&G
	IR2.2. Tempo para a formalização de direitos a terra para indivíduos e comunidades	Tempo reduzido	Estudio de linha de base e avaliação ao final do projecto	
A2.1. Análise, revisão e harmonização do quadro legal relativo a terra (Leis e Regulamentos) com as VGGT e o AF&G	IA2.1. Documento de consultoria	1 documento	Documento	Os Governos a nível Provincial e Municipal têm interesse em melhorar a gestão de terras Os técnicos provinciais e municipais têm interesse e tempo em aprender as metodologias e ferramentas propostas
A2.2. Auxiliar na elaboração de um processo para facilitar a formalização dos direitos à terra	IA2.2. Processos para a formalização do Domínio útil Consuetudinario e do Direito de Propriedade elaborados	4 processos formalizados (2 em cada Provincia)	Despachos de Governos Provinciais	
A2.3. Elaborar um manual que possa ser utilizado facilmente pelas autoridades locais e comunidades na implementação dos processos de formalização de direitos à terra	IA2.3. Manuais para cada processo	2 manuais (2 em cada Provincia)	Manuais	
A2.4. Capacitar técnicos das administrações locais nos procedimentos desenvolvidos, em parceria com o Instituto de Formação da Autoridade Local (IFAL) e com o Centro de Formação dos Funcionários Públicos do Huambo	IA2.4. Número de técnicos das administrações municipais e provinciais capacitados	30 técnicos	Relatorios de formações e relatorios periodicos do projecto	

A.2.5. Promover o endosso do Governo de Angola do processo modelo através da criação de parcerias chave tanto locais como provinciais, e com o Ministério da Administração do Território	IA2.5. Número de Memorando de Entendimento ou outros documentos oficiais emitidos por instituições relevantes de Governo a nível Provincial e Central	5 Memorando de Entendimento ou outros documentos oficiais do Governo de Angola		
(R3) Comunidades urbanas, peri-urbanas e rurais e Autoridades Tradicionais têm um melhor entendimento dos mecanismos da gestão de terras e são capazes de advogar melhor os seus direitos de acordo à Lei de Terra	IR3.1. Número de CACS (desagregado por municípios) que abordam questões de posse da terra	Almenos 1 CACS por Município por ano	Actas de CACS	As comunidades e as famílias envolvidas mostram interesse para o reconhecimento de títulos formais sobre as terras
	IR3.2. Número de actas de validação de processos urbanos e rurais (individuais e comunitárias) assinados	150 actas de validação de processos de delimitação participativa assinadas em entre tantas comunidades rurais 6000 actas de terrenos urbanos/ peri-urbanos assinadas	Relatórios de formações e relatórios periódicos do projecto	As comunidades e as famílias envolvidas mostram abertura para temas de resolução de conflito, empoderamento das mulheres, e igualdade de género
A.3.1. Desenvolver um procedimento simplificado para o mapeamento de terras participativo, produzir um manual simple.	IA3.1.1. Manual elaborado IA3.1.2. Número de técnicos capacitados	1 manual 30 técnicos capacitados	Manual	O trabalho de campo não é excessivamente afectado por imprevistos que não estão baixo o controlo do projecto (eventos climáticos adversos, acesso a comunidades) Os técnicos municipais participam nas actividades de campo
A.3.2. Realizar as delimitações, formando equipas locais compostas de membros comunitários e técnicos das administrações municipais, utilizando ferramentas simples para o mapeamento e caracterização.	IA3.2. Número de reuniões nas comunidades e bairros	1500 reuniões em comunidades rurais	Relatórios de delimitações e relatórios periódicos do projecto	
A.3.3. Preparar as aplicações individuais e colectivas para títulos formais para as autoridades designadas	IA3.3.1. Número de aplicações para Domínio Útil Consuetudinario preparadas IA3.3.2. Número de aplicações para títulos individuais preparadas	150 comunidades rurais 6000 terrenos urbanos/ peri-urbanos	Relatórios de delimitações e relatórios periódicos do projecto	
A.3.4. Formação de autoridades tradicionais e comunidades em temas como gestão de conflitos e direitos básicos da terra para as mulheres.	IA3.4.1. Número de comunidades alcançadas IA3.4.2. Número de reuniões realizadas	Almenos 10 comunidades Almenos 50 reuniões	Relatórios de reuniões e relatórios periódicos do projecto	
A.3.5. Fortalecimento comunitário para favorecer a participação nos CACS	IA3.5.1. Número de comunidades alcançadas IA3.5.2. Número de reuniões realizadas	Almenos 1 reunião em cada comunidade	Relatórios de reuniões e relatórios periódicos do projecto	
(R4) Público sensibilizado através de uma ampla disseminação utilizando os meios de comunicação; focando as questões dos regimes de propriedade; promovendo os princípios do VGGT e as lições aprendidas partilhadas com as partes interessadas na gestão de terras, incluindo as redes globais (tais como a GLTN)	IR4.1. Número de cópias da lei de terras e documentos VGGT disponíveis em cada um dos 10 municípios	1000 cópias da Lei de Terra e su regulamento 1000 cópias de VGGT	Material produzido	A tradução das VGGT ao português é endossada pela FAO
	IR4.2. Número de documentos informativos, guias técnicas, manuais sobre a posse da terra produzidos e distribuídos	2000 documentos, guias técnicas, manuais, produzidos	Material produzido	
	IR4.3. Número de artigos sobre metodologia, lições aprendidas ou progressos, produzidos por ano e partilhado nas redes apropriadas	2 artigos por ano	Artigos	
A.4.1. Criar materiais apropriados de sensibilização e publicitar amplamente a informação sobre a lei da terra	IA4.1.1. Número de cartilhas de divulgador IA4.1.2. Número de folhetos explicativos IA4.1.3. Número de banners IA4.1.4. Número de campanhas radiofónicas	50 cartilhas de divulgador 200 brochuras produzidas 2 banners 2 campanhas radiofónicas	Material produzido	Existe um consenso com o Governo Nacional (a todos os níveis) sobre os mensagens a ser divulgados Existem representantes do sector privado que acceptam discutir sobre VGGT Os encontros de coordenação são comunicados com antelção e organizados em lugares convenientes
A.4.2. Colaborar com as iniciativas (foruns, debates, e outros eventos) do Governos Provinciais e sociedade civil sobre questões de terra.	IA4.2. Encontros realizados	2 encontros por provincia	Relatórios dos eventos	
A.4.3. Monitoramento do debate sobre terra nos meios de comunicação públicos	IA4.3. Reportes mensais	12 reportes	Reportes produzidos	
A.4.4. Commissionados artigos trimestrais a ser publicados no revista comunitária Osdaka em Português e / ou Umbundo. Ampliar a distribuição do jornal nos 10 municípios de situação do projecto.	IA4.4. Número de artigos em meios de comunicação	4 artigos	Revistas	
A.4.5. Promover entre os Intervenientes Não-Estatais, incluindo empresas de negócios e Corporações na indústrias extractivas, o VGGT e a sua responsabilidade em respeitar os direitos legítimos à propriedade.	IA4.5. Número de encontros de advocacia	2 encontros	Relatórios dos encontros	
A.4.6. Participar activamente no debate global sobre a gestão de terras, gestão e desenvolvimento de recursos naturais, incluindo contribuições para a experiência do projecto para o GLTN e introduzir nos debates Angolanos temas relevantes que ocorrem globalmente.	IA4.6.1. Número de eventos de coordenação do programa onde o projecto participou IA4.6.2. Número de eventos internacionais sobre questões fundiárias onde o projecto participa	3 encontros de coordenação (1 por ano) 1 evento internacional	Relatórios dos eventos	